

*Graça Salgueiro Está em gestação um plano para transformar as Forças Armadas em milícias subordinadas ao Foro de São Paulo. Sob empenho forçado da atual maioria político-partidária, os guerrilheiros terroristas derrotados em 64 buscam o revide, a anulação de leis imparciais e, principalmente, a condenação dos que devolveram a segurança, a liberdade e a democracia ao Brasil.



Há alguns anos venho alertando os brasileiros de que se está gestando um plano para destruir as Forças Armadas no continente, sob a batuta do Foro de São Paulo (FSP). Pouca atenção foi dada, sobretudo pelos militares, embora meus alertas estivessem embasados em documentos probatórios, tanto das resoluções finais dos encontros do FSP como da realidade mesma, sendo mais patente o caso da Argentina desde o início da era Kirchner, onde centenas de combatentes da subversão, militares, policiais e civis, estão sendo condenados por haverem devolvido a segurança, a liberdade e a democracia ao país. Em todos os países onde nas décadas de 70 e 80 a subversão e o terrorismo foram contidos por governos militares, a Lei de Anistia, que perdoava os excessos cometidos por ambos os lados foi modificada, retirando-se delas os capítulos “obediência devida” e “ponto final”, na qual apenas os terroristas passaram a se beneficiar. Do mesmo modo que no Brasil, os terroristas, além do benefício do perdão e esquecimento, passaram a ser remunerados a título de “indenização” pelo tempo em que tiveram seus direitos políticos cassados.

A Colômbia não passou pelo mesmo processo, embora tenha anistiado os terroristas do M-19 que aterrorizavam o país com seus atos brutais e hediondos, como o caso do Palácio da Justiça ocorrido em 1985. Entretanto, por haverem sido anistiados, esses terroristas hoje se encontram em todas as instâncias políticas e jurídicas, onde a perseguição aos militares e policiais é a marca mais patente e a destruição das Forças Armadas se dá em forma de lei, uma lei dissimulada que finge ser uma coisa que não é: um marco para a paz no país. Há mais ou menos um mês o senador colombiano Roy Barreras criou uma lei que oferece perdão e esquecimento de todos os crimes cometidos pelas FARC, para aqueles que queiram se desmobilizar. Ora, todo mundo sabe que já houve muitos casos de terroristas que se “desmobilizaram” para receber as garantias do governo, e continuam delinqüindo! Ademais, o Plano Estratégico das FARC, desconhecido da quase totalidade dos legisladores não contempla o desarmamento, tampouco elas cumprem com a palavra dada, pois apesar de terem dito ao governo que não mais iam seqüestrar, como mostra de “boa vontade” para com a

paz, há pouco mais de uma semana seqüestraram 13 crianças entre 10 e 12 anos de dentro de uma sala de aulas!

E o que tem a ver esta lei com a Comissão da Verdade? Esta lei, que já está sendo apelidada de “lei da impunidade”, foi aprovada pela Câmara dos Deputados quase que por unanimidade no mesmo dia em que as FARC cometeram um ato terrorista da maior brutalidade no centro de Bogotá, dirigido diretamente ao Dr. Fernando Londoño, ex-ministro da Justiça do governo Uribe, um dos maiores combatentes dessa lei infame que por mi-lagre saiu vivo. Ao mesmo tempo, dois carros-bomba foram desativados em bairros distantes para dispersar a atenção dos policiais e poucos dias depois uma bomba foi desativada no teatro Gran Rex em Buenos Aires onde o ex-presidente Uribe faria palestra no dia seguinte.

Há dois dias as FARC assassinaram 12 militares em La Guajira, na fronteira com a Venezuela. É voz corrente que os terroristas saíram da Venezuela, atacaram e voltaram para esse país, onde continuam tendo respaldo de Chávez e dos militares dos altos escalões das Forças Armadas. Chávez, entretanto, garantiu ao presidente Santos que não admitiria nenhum terrorista em seu território e que ia colaborar na caçada aos mesmos, enviando uma tropa de 3.000 homens para patrulhar a fronteira onde se deram os fatos. Ocorre que esses militares por pouco não abateram uma aeronave colombiana, pois o que eles pretendem não é combater terroristas das FARC, seus aliados, mas os militares que cumprem com seu dever.

Esses atos dos últimos dias na Colômbia têm revoltado os cidadãos, sobretudo porque, apesar de ter crescido a ousadia e crueldade das FARC, os parlamentares insistem em aprovar a malfadada lei que apagará todos os crimes desses terroristas e lhes garantirá, ainda, o direito de se candidatar a cargos públicos e políticos. Enquanto isso, a justiça, que está completamente dominada por “ex” narco-traficantes e terroristas vem condenando militares e policiais de todos os escalões, desmoralizando as Forças Armadas e Policiais, levando-os a temer combater o inimigo pois sabem que terão suas carreiras destruídas e acabarão nos cárceres como já estão os quase 5.000 militares.

E o que pretende a “Comissão da Verdade” senão desmoralizar as Forças Armadas, retirando os militares da Lei da Anistia e colocá-los na cadeia como pessoas hediondas? Este é o objetivo de uma e outra lei, auspiciada pelo FSP, para em seu lugar criar milícias formadas por terroristas e assim implantar de vez uma ditadura comunista. Foi com este objetivo que o Foro de São Paulo foi criado, ao ver que fracassou com a luta armada. Agora, a tomada do poder vem com força de Lei, seja qual for o nome que se queira dar ou a maquiagem que se queira pintar.

* É jornalista independente, estudiosa do Foro de São Paulo e do regime castro-comunista e de

seus avanços na América Latina, especialmente em Cuba, Venezuela, Argentina e Brasil. É articulista, revisora e tradutora do Mídia Sem Máscara e proprietária do blog Notalatina.